



Ata da 1ª (primeira) Sessão ordinária do 1º (primeiro) Período Legislativo Ordinário, da 19ª (décima nona) Legislatura da Câmara Municipal de Itapemirim Estado do Espírito Santo, realizada no dia 26 de janeiro de 2021, na sede do Legislativo, situado na Rua: Adiles André, s/n, Serra Mar, Itapemirim-ES, sob a Presidência do Vereador José de Oliveira Lima. À hora regimental, foi registrada a presença dos seguintes vereadores: **Alcione de Amorim Gomes, Antônio Carlos Helvécio, Erasto da Costa Rocha, João Bechara Netto, Júlio César Carneiro, Júlio César Ferreira Magalhães, Lenildo Henriques, Lucimar Alves Soares, Renildo Nascimento Peçanha e Paulo Sérgio de Toledo Costa.** A Sessão teve início com a leitura da Bíblia. Em seguida iniciou-se a leitura do **MATERIAL DE EXPEDIENTE: Projeto de Lei Nº 02/2021. Ementa: Executivo Municipal. Aatoria:** Dispõe sobre alteração de anexos da lei de diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2021. **Projeto de Lei Nº 32/2020. Ementa:** Estima a receita e fixa a despesa do município de Itapemirim para o exercício financeiro de 2021. **Autoria: Executivo Municipal. O Vereador Paulo Sérgio** pediu a palavra pela ordem, cumprimentou a todos e solicitou ao **Presidente José Lima** que fosse apreciada a urgência especial dos Projetos de Lei acima citados, na qual foram submetidos ao plenário e aprovado. A sessão teve um intervalo de 30 minutos para discussão. Ao retornarem o secretário **Vereador João Bechara** iniciou a leitura da **ORDEM DO DIA: Projeto de Lei Nº 02/2021. Ementa:** Dispõe sobre alteração de anexos da lei de diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2021. **Autoria: Executivo Municipal.** O Projeto foi dado publicidade na presente sessão e devido a aprovação da urgência especial seguiu para o Jurídico e as Comissões Permanentes com parecer favorável. O Projeto seguiu em discussão e votação única sendo aprovado. **Projeto de Lei Nº 32/2020. Ementa:** estima a receita e fixa a despesa do município de Itapemirim para o exercício financeiro de 2021. **Autoria: Executivo Municipal.** O Projeto teve parecer favorável pelo Jurídico da Câmara e Comissões Permanentes, pois não apresentou nenhum viço de ilegalidade que impedisse de ser normalmente apreciada a aludida proposição. **O Vereador Paulo Sérgio** pediu a palavra pela ordem e mencionou sobre uma possível correção da emenda nº 02 do referido Projeto de Lei. **O Vereador João Bechara** sugeriu ao **Presidente** que primeiro fosse apreciado a emenda nº 01, depois a emenda nº 02 e depois que fosse apreciado o Projeto com as emendas por ser bastante complexo, relatou que a emenda nº 01 está relacionada à abertura de crédito adicional no valor de 5% (cinco por cento) para cada secretaria. A emenda nº 01 seguiu em discussão única. **O Vereador Júlio César Magalhães** pediu uma explicação mais clara e perguntou se o 5% (cinco por cento) seria um remanejamento de orçamento de cada secretaria, deu seu parecer da seguinte forma: disse que a organização vai bem em todos os setores da vida, principalmente quando está tratando de algo confiado aos vereadores, falou que há uma necessidade muito grande do Executivo planejar o dinheiro do povo que estará sendo colocado em suas mãos e por mais que não irá precisar há uma necessidade muito grande de projetar o que está sendo gasto em cada secretária, o **vereador Júlio Cesar Magalhães** espera e acredita que o Executivo tenha feito isso e não haverá necessidade dos vereadores terem uma margem tão grande de mudança segundo o que foi proposto pelo Executivo para a Câmara, no entanto estão em um ano de incerteza muito grande e as surpresas tem chegado, pois estão em um ano da pandemia e ninguém sabe qual será o desfecho disso, não sabe se isso se aplicaria a todas as secretarias ou se teria alguma ressalva porque a saúde mesmo pode ter uma surpresa agradável ou desagradável, mencionou sobre Vereador Antônio Carlos Helvécio: com o orçamento de \$3.000.770 (três milhões e setecentos e setenta mil) com mais de 20% (vinte por cento) do orçamento, disse que tem coisas que pegam desapercibidos sem eles entenderem onde irão ver as mudanças; disse ser muito a favor que a margem seja pequena e possam fazer uma mudança de orçamento remanejando de uma secretária para outra, mas um ano de pandemia onde as incertezas são muito grandes como o exemplo da Ação Social, ninguém sabe como será quando o auxílio do governo for retirado e como a população irá sofrer com sua própria alimentação, e não se sabe quanto será destinado de aumento para a Ação Social, e ninguém sabe como será a reação da Saúde em relação a vacina que é incerta, se irá melhorar ou



trazer um transtorno, e quanto a Educação se as aulas não voltarem poderá ter menos despesas, caso contrário as despesas serão projetadas, considera uma situação incerta e até mesmo a ser discutida se tiver que fazer um reajuste, que seja uma margem maior ou que se permita nesse ano de tantas incertezas que continue a forma que está devido a incerteza.

Vereador Júlio César Carneiro cumprimentou a todos e corroborando com a fala do **vereador Júlio César Magalhães** esclarecendo de fato a definição dos percentuais definidos previamente cabe salientar que não foi aprovado ainda e também é importante frisar que colocar em 5% (cinco por cento) não quer dizer que irão estagnar a situação e sim uma forma de controlar e apoiar o Executivo no controle de gastos como também opinarem nos seus atos, logo se o chefe do Executivo precisar de uma maior contribuição de 10% (dez por cento) ou 15% (quinze por cento) é só trazer para a Câmara, pois acredita que o povo terá uma transparência maior em saber o motivo pelo qual está sendo usado e destinado e os vereadores irão demonstrar a transparência que é o papel dos mesmos contribuindo com o Executivo e com a Câmara com esclarecimentos, não querendo dizer que irá cessar e sim um ano de contenção como o **vereador Júlio César Magalhães** falou que a pandemia é um caos podendo gerar no sentido negativo, podendo ocorrer o superávit sendo preciso alterar para mais, lembrou que nada impede que a Câmara reveja no pedido e contribua com o Executivo em todos os sentidos, pois essa é a ideia dos vereadores, não querendo engessar ninguém e nem estagnar o serviço, lembrou que os percentuais de perspectivas futuras para áreação do Município que recebe frutos de compensações de royalties, de acordo com as pesquisas ao analisar o barril de petróleo as perspectivas para esse ano ainda não são favoráveis, disse que já enfrentamos um ano difícil por motivo de uma briga entre China e Rússia na qual houve um desgaste e o barril subiu, depois veio a pandemia, houve uma queda, disse que se olharmos direitinho as perspectivas para o próximo ano ainda são de queda no barril; relatou dizendo que para contribuir com o Executivo para que tenha um direcionamento melhor com a Câmara e consiga transmitir para a população e toda a sociedade para onde estão indo os recursos e proventos com clareza cabido ao povo e nada impede que levando ao princípio da seriedade que é o basilar da constituição trazer em tela, discutirem e votarem o mais breve possível caso necessário o Executivo precise mais de 5% (cinco por cento) e podendo ser aprovado pela Câmara, finalizou agradecendo a atenção de todos. **Vereador João Bechara** se manifestou em relação a discussão da emenda 01 e considerou importante e proveitosa a fala dos **vereadores Júlio César Carneiro e Júlio César Magalhães**, relatou que se for feito um retrospecto da situação do Município, o ano de 2021 foi iniciado com problemas herdados do ano de 2020, disse que o Município vive um problema orçamentário gigantesco, dívidas com fornecedores, prestadores de serviço e direitos trabalhistas e toda problemática do Município e se no passado tivesse uma emenda dessa forma no orçamento, se a Câmara não tivesse dado um cheque em branco como deu, talvez a situação não estivesse da forma que está atualmente, disse ter acontecido erros passados, águas passadas não tocam moinhos, mas precisam ter uma fiscalização sobre a execução do orçamento e a única forma que tem para fazer isso mais fácil é colocando a abertura de crédito no limite menor, porque de acordo com a demanda do Executivo ele vai encaminhando Projeto de Lei para a Câmara informando de onde vai tirar e para onde vai alocar o recurso e irá justificar através de uma mensagem no Projeto de Lei, e os vereadores como representantes do povo terão informações de saber para que é o Projeto de Lei, de onde e para onde irá o recurso, pois na administração pública tem as prioridades como saúde, educação, segurança e outras, e se derem 60% (sessenta por cento) é muita coisa, considerou um exagero e não tem o controle, e se não exercerem a função de vereador de controlar o orçamento na emenda da lei orçamentária, perderão a ponta da corda, falou isso por experiência própria do Legislativo, disse que quando pedem alguma informação e a resposta não chega, precisam entrar via Judiciário para terem uma resposta de requerimento, pediu que evitassem isso e tirassem essa carga do Judiciário amarrando o orçamento para terem controle da execução orçamentária, não engessando, acredita que não terá dificuldade nenhuma se precisar de uma abertura de crédito maior de remanejar um recurso acima de 5% (cinco por cento), será só enviar o Projeto para a Câmara,



o Presidente e a Mesa Diretora estará disposta a pautar e convocar os vereadores para uma sessão extraordinária e apreciar a matéria, ninguém quer travar o Município e sim resolver os problemas do mesmo; indagou se os vereadores perceberam que iniciaram o ano de 2021 remoendo e perdendo tempo para resolver problemas do ano de 2020, por esse motivo precisam ter controle sobre a Lei Orçamentária Anual e é na Câmara que podem ter esse controle, fazendo emendas para acompanhar a Execução orçamentária mais de perto, como exemplo: "É 5% (cinco por cento), vai chegar para 10% (dez por cento) e os outros 5% (cinco por cento) vai tirar de onde e colocar onde? Tira da saúde vai para onde? Tira da Educação para onde? Qual a prioridade?". A Câmara e os Vereadores precisam ter controle sobre isso, portanto o povo os elegeu para isso, se os vereadores não controlarem o orçamento quem vai controlar? Ninguém? Vai perder o controle? E deixar a moda vão se embora? **Vereador João Bechara** entende que controlar o orçamento é uma forma de ajudar o gestor do Município a errar menos, pois essa é a função princípio do Legislativo, controlar, fiscalizar a execução orçamentária para fazer com que o gestor erre menos, pois errar é humano, não pode permanecer no erro. **Vereador Paulo Sérgio** disse ser plausível a discussão dos vereadores sobre a emenda 01 do Projeto da lei orçamentária e esclareceu que trazendo para números tem orçamentos proposto de \$463.000.000 (quatrocentos e sessenta e três milhões) e quando se lança uma porcentagem no valor pequeno é quase insignificante, mas se pegar 5% (cinco por cento) em cima de \$463.000.000 (quatrocentos e sessenta e três milhões) irá autorizar o Executivo Municipal a movimentar com \$23.000.000 (vinte e três milhões) entre pastas, mas se pegar 60% (sessenta por cento) em cima de \$463.000.000 (quatrocentos e sessenta e três milhões) os vereadores estariam autorizando a suplementação de uma pasta para outra em um montante de \$277.000.000 (duzentos e sessenta e sete milhões), disse que as cifras que estão tratando na presente sessão são cifras muito alta, qualquer percentual tanto para mais quanto para menos dá um reflexo muito grande; mencionou que quando leu a proposta apresentado pelos vereadores de 5% (cinco por cento) de suplementação, considerou frustrante o primeiro impacto por achar que iria travar o Executivo, mas descartou a ideia, pois o Executivo pode solicitar mais a Câmara, disse que foi proposto o orçamento de \$133.000.000 (cento e trinta e três milhões) para a Educação, Mencionou a fala do **vereador Júlio César Magalhães** sobre a pandemia e na possibilidade de não iniciar as aulas em fevereiro de 2021, havendo a necessidade de suplementar, mas se autorizar 5% (cinco por cento) de suplementação na educação ainda existe a possibilitar de suplementar \$7.000.000 (sete milhões) em cima do 5% (cinco por cento), mas se a Câmara vota 60% (sessenta por cento), ele tem como tirar \$82.000.000 (oitenta e dois milhões) da Educação, e só frisando para os vereadores o impacto que é no valor tão alto no Município de Itapemirim que é de \$463.000.000 (quatrocentos e sessenta e três milhões). **Vereador Paulo Sérgio** disse que a proposta da Comissão de Finanças e Orçamentos (Cofinor) embora seja uma proposta bem restrita de 5% (cinco por cento), ainda fica com a proposta da Comissão, mas se colocou à disposição do Executivo Municipal caso precise envie para a Câmara um projeto solicitando uma suplementação maior, mas concorda com a preocupação do vereador **Júlio César Magalhães**, pois vivemos tempos de insegurança, mas não pode abrir mão de deixar que \$277.000.000 (duzentos e sessenta e três milhões) seja movimentado no Município durante um ano sem que passar pela Câmara, finalizou dizendo ser solidário a discussão aos colegas vereadores, mas considera um montante muito alto para estar movimentando sem autorização dos vereadores e entende o posicionamento de cada um, mas em relação a números esse é o seu posicionamento. **Vereador Júlio César Magalhães** disse que em se tratando de números e colocar o montante total de \$463.000.000 (quatrocentos e sessenta e três milhões), não se pode deixar de entender que 5% (cinco por cento) dá mais de \$20.000.000 (vinte milhões) que não é pouco e abrir vistas para o Executivo remanejar tal valor sem que a Câmara saiba, é o mesmo que estar abrindo mão de um grande valor, pois se fosse por questão de valor não seria para doar em nada e por coerência toda mudança deveria passar pela Câmara, pois por mais que abre 5% (cinco por cento) está abrindo \$20.000.000 (vinte milhões) e não podem fazer vistas grossas para \$20.000.000 (vinte



milhões), e deixou bem claro que foi solicitado 60% (sessenta por cento), isso não quer dizer que irá jogar mais 200.000.000 (duzentos milhões) dentro do orçamento e sim um remanejamento, talvez tirar da Agricultura do atendimento de um trator para tratar outra coisa, na opinião do **vereador Júlio César Magalhães** não teria que ceder nada para Obras, pois se não teve planejamento a ser que haja um problema ciente que é um aditivo de prazo dentro de um limite, aditivo de preço, pois mediante a pandemia tem como justificar por subirem de preço, prazo porque o tempo pode não ser favorável, fora isso acredita que Obra e outras áreas como Cultura e Turismo talvez aguente, falou dessa forma pensando na questão relacionado a saúde e Ação Social, pois acredita que o quadro que o Brasil irá enfrentar nesse momento não é dos melhores, portanto o repasse que o Governo tem dado não terá mais, havendo essas incertezas pensou em algumas secretárias e nada relacionado ao erro administrativo, repetiu dizendo presar pela organização que deve ter como tem em sua casa, espera que o Executivo e o Legislativo ande dessa forma também e que fazer disso a extensão da sua casa. **Vereador Paulo Sérgio** disse continuar concordando com a fala do vereador Júlio César Magalhães e preocupado com dias futuros, mas só para esclarecer, caso o executivo precisar de mais 10% (dez por cento) ele poderá solicitar a Câmara, mas terá que informar nesse projeto o motivo, caso aprove do modo que está, o Executivo poderá fazer as movimentações sem informar a Câmara qual a finalidade, caso reduza para 5% (cinco por cento) terá que ter a apreciação e aprovação da Câmara de Vereadores, continuou reafirmando ser solidário a fala do vereador por ser uma preocupação de todos, pois estão orando para que tempos melhores virão, mas pelo que se vê, as coisas vem se agravando ultimamente a cada dia. **Vereador Júlio César Magalhães** quis encerrar sua fala dizendo sobre a possibilidade de um aumento mediante a justificativa da situação por motivo de transparência, tem receio que a burocratização trave em alguns setores importantes da comunidade e do povo, mas sendo assim se declarou favorável à proposta. **Vereador Renildo** cumprimentou a todos, direcionou sua fala ao **vereador Paulo Sérgio** e disse entender que 60% (sessenta por cento) não corresponde e nem significa que o Executivo vá utilizar, e como saber se 5% (cinco por cento) seria necessário para socorrer o Executivo e as secretarias em uma eventual emergência, mencionou ter passado por algumas secretarias, tem conhecimento dos momentos de crise mundial que estão atravessando por conta da pandemia, onde não tem perspectivas da cura do vírus, estão começando as vacinações agora, espera em Deus que corra tudo dentro da normalidade da melhor forma possível e rápido, lembrou que o Brasil tem 200.000.000 (duzentos milhões) de pessoas onde chega ao Estado aproximadamente 2.000.000 (dois milhões) de doses de vacina, é preciso ter consciência que isso pode ajudar o Executivo, e a necessidade emergencial de cada secretaria podendo atrasar o 5% (cinco por cento), pois sabemos que um processo e uma sessão extraordinária não se faz de um dia para outro, podendo causar alguns problemas futuros de emergência de acordo com a fala do **vereador Júlio César Magalhães** por motivo do atual acontecimento, pois não sabemos o que pode acontecer no social e na saúde, atualmente se vive na incerteza, sugeriu que os vereadores analisassem uma porcentagem maior, não significando que tenhamos que aceitar os 60% (sessenta por cento), mas de repente uma consciência com um pouco melhor em relação aos 5% (cinco por cento). **Vereador Erasto**: Concordou com a proposta do **Vereador Renildo** e o momento que está muito difícil, a dificuldade da saúde que já está sentindo impacto e está sendo prejudicado e acredita que 5% (cinco por cento) não irá resolver as cinco partes do problema, pois estão vendo que é fraco e pedem 60% (sessenta por cento), disse que os vereadores tem o direito de fiscalizar por pertencerem a eles essa função, assim como podem fiscalizar 5% (cinco) podem fiscalizar 60% (sessenta) basta a consciência e com função de defender a população por terem muita necessidade e até que saia os projetos, os problemas irão aumentando mais e atrasando a população. **Vereador Antônio Carlos Helvécio**: Cumprimentou a todos, disse ter entendido a fala do **vereador João Bechara** quando disse ser alto os 60% (sessenta por cento), concorda que vivemos um momento de pandemia e crise não só no Município, mas no Estado, no Brasil e por que não dizer no mundo; comentou e concordou com a fala do **vereador Erasto** quando disse que a Câmara que investiga ou



acompanha os 60% (sessenta por cento) tem que ser a mesma que acompanha os 05% (cinco por cento), comentou também as falas dos **vereadores Júlio César Magalhães** quando disse que 05% em cima do valor total dariam mais que \$20.000.000 (vinte milhões) e a Câmara não faria vista grossa em cima desse valor, disse não acreditar justificar a pandemia os 60% (sessenta por) por ser alto e sim 05% (cinco por cento) podendo ser aumentado se necessário através de uma sessão extraordinária convocada pelo **Presidente José Lima** de uma noite para o dia, pois estarão presentes para apoiar e resolver a situação, mas em relação um Processo já não caberia aos vereadores e nem ao Presidente, considerou ser elevado 60% (sessenta por cento) e 05% (cinco por cento) muito pequeno, indagou à possibilidade dentro de medidas aumentarem sem terem que voltar para vidas não sofrerem consequências. A emenda nº 01 seguiu em votação única sendo aprovado com a maioria de votos, com o voto de minerva de desempate do Presidente José Lima. Após foi lida a emenda modificativa nº 02: Modifica parcialmente o anexo com relação à Secretaria de Integridade Governamental e Transparência, resumindo: a Câmara Municipal retirando os \$500.000,00 (quinhentos mil reais) da secretaria Municipal de Integridade Governamental e Transparência e alocando o referido valor na Câmara Municipal com a única diferença que a destinação de recurso não seria de transferência da União referente a Royalties de Petróleo e sim recursos ordinários. A emenda modificativa nº 02 seguiu em discussão única. **Vereador João Bechara**: Relatou que o cálculo do duodécimo que é a parte do orçamento destinado a Câmara Municipal após cálculos realizado pela Secretária de Finanças do Município em contato direto com o Gelson contador da Câmara chegaram à conclusão que o orçamento da Câmara não é de \$8.000.000 (oito milhões) e sim \$8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais), e como a Lei Orçamentária não teria sido votada no ano passado e sim no presente momento, já iriam prever isso no orçamento dentro do órgão Câmara Municipal; explicou que estariam tirando da Secretaria de Governo, pois dentre as demais secretarias da Prefeitura, ela praticamente não tem programa específico como vale gás, vale feira e óleo subsidiado do pescador, enfim é considerada uma secretaria de relações institucionais, sendo assim tira da secretaria de Governo para não inviabilizar o orçamento das outras secretarias que mexem mais com outros programas voltados para a população, considera importante a emenda, até porque a Câmara não pode ficar prejudicada; não sabia se era do conhecimento dos vereadores que o prefeito no final do ano de 2020 um anexo da Lei Orçamentária Anual (LOA) retirando do subsídio do vereador alguns milhões de reais e também da estrutura de cargos comissionados da Câmara, considera na verdade uma afronta ao Poder Legislativo, pois o prefeito é obrigado por lei a repassar o duodécimo a Câmara Municipal e caso não repasse a penalidade é crime de responsabilidade, ele tem prazo, tem até dia 20 de cada mês para repassar o duodécimo, e prevendo tal situação na Lei Orçamentária Anual e evitar de ir lá na frente fazer uma transposição considerada uma tarefa um pouco mais árdua, delicada e difícil e por já terem passado por determinada situação em Biênios passado sendo preciso fazer transposição e a secretaria de Finanças na época dificultava em passar informações para conseguirem chegar no orçamento da Câmara daquilo que estava realmente na conta, o que bateu foi acima do estimado, e teve que fazer uma transposição na época com dificuldade no Biênio do vereador Paulo Sérgio de conseguir uma transposição de algumas cifras por falta de dificuldade de comunicação de setores ou eles atrasavam em passar dados para a contadoria da Câmara e para evitar esses problemas irão prever na Lei Orçamentária e se declarou favorável na emenda no valor de \$500.000,00 (quinhentos mil reais) para a Câmara Municipal. **Vereador Paulo Sérgio** pediu a palavra pela ordem e disse que para justificar a referida emenda nº 02, o repasse do mês de janeiro já teria sido repassado pelo Executivo Municipal no valor de \$704.000,00 (setecentos e quatro mil reais) que multiplicando por 12 (doze) já daria \$8.500.000 (oito milhões e quinhentos mil) que é devido à Câmara, havendo assim uma necessidade urgente da emenda para regularizar as planilhas financeiras da Câmara de Vereadores que o próprio executivo reconhecendo repassou o montante no dia 21 de janeiro do corrente ano, só para justificar a Comissão de Justiça e Orçamento. **Vereador Júlio César Magalhães** acredita que se não fizer dessa forma faltará orçamento, pois se a própria



Prefeitura já trabalha com esse orçamento e não retira de algum lugar com certeza na frente irá faltar e se declarou favorável à emenda nº 02. **Vereador Antônio Carlos Helvécio:** Disse ser favorável, concorda que outras secretarias sentiriam o impacto conforme a fala do vereador João Bechara, como o valor de \$500.000,00 (quinhentos mil reais) irá favorecer a Câmara, é evidente que em uma secretaria onde tem um fluxo maior, mais gastos, mais influências e trabalho no Município sentiria impacto, mas a secretaria municipal de integridade governamental e transparência será mais tranquila e sentirá menos impacto, se declarou favorável à emenda nº 02. A emenda nº 02 seguiu em votação única sendo aprovada à unanimidade. **O Projeto de Lei Nº 32/2020** com as emendas seguiram em votação única. **Vereador João Bechara:** Ressaltou que as emendas propostas pelas Comissões foram no sentido de exercer melhor o poder fiscalizatório da Câmara Municipal na questão orçamentária, disse terem tido dificuldades na legislatura passada na fiscalização em virtude de terem dado o famoso cheque em branco para o prefeito fazer o que quisesse e não tiveram controle de nada, acredita que a única forma existente quando se fala de orçamento e ter um certo controle na ponta da corda é na LOA, e essa forma fizeram na Câmara colocando a abertura de crédito em 5% (cinco por cento), poderia ser 10% (dez por cento) ou 15% (quinze por cento), menos 60% (sessenta por cento), mas isso não terá dificuldade, pois a qualquer momento o prefeito poderá solicitar uma sessão extraordinária, justificar, enviar para a Câmara e de prontidão a Câmara de vereadores irá atendê-lo e em nome da mesa diretora colocar em discussão no plenário sem problema nenhum, e não podem deixar de exercerem o papel de saberem para onde está indo o dinheiro público de Itapemirim, não podem abrir mão de jeito nenhum, observou que o Projeto de Lei Orçamentária Anual atendeu a questão da agricultura com um pouco mais de 5% (cinco por cento), mais de 25% (vinte e cinco por cento) da educação, a saúde ficou com mais de 18% (dezoito por cento) tudo atendendo os limites legais, a única coisa que percebeu nesse orçamento são as Secretarias de Administração Municipal Regional do Interior que ficaram praticamente zeradas, a população do interior ficou prejudicada na atual Lei Orçamentária, principalmente por serviços de manutenção de estradas, conservação de carreadores e outras coisas mais, porquanto a população do interior tem uma dificuldade muito grande, sentem-se inferiores as pessoas da cidade, do centro urbano por terem tudo próximo e do interior fica tudo longe. Disse que o orçamento das 03 (três) secretarias do interior não chegam por exemplo a administração regional de Itaipava que é de \$5.000.000 (cinco milhões) e as 03 (três) do interior juntas dão um pouco mais de \$3.000.000 (três milhões), notando uma disparidade muito grande, acredita que a Regional de Itaipava ficou com o orçamento muito pequeno frente a demanda de serviços básicos de rotina, e em sua visão ficou mal distribuído o orçamento, pois quem está na ponta sentirá o efeito da mal distribuição e alocação de recursos e quem mais sentirá é quem depende do poder público e não o vereador que legisla, o vereador ouvirá as críticas e reclamações da população por causa do defeito na fabricação da Lei Orçamentária e mal planejamento, causando falha de distribuição de recursos entre as secretarias e quem terá que ouvir serão os vereadores representantes do povo, lembrou que o orçamento não é fixo, ele mexe e não é à toa que é estimado, fixado naquela despesa, mas pode ser para menos ou para mais, e quem mais sofrerá é quem está na ponta, quem irá usufruir aquele serviço, alguém irá pagar essa conta que é a falta de planejamento, geralmente a LDO e a LOA são feitas CONTROL C CONTROL V do ano anterior, não se reúnem com uma comissão com antecedência para planejar, é considerado trabalhoso e não querem ter trabalho de elaborar um orçamento melhor planejado, querem pegar tudo de mão beijada CONTROL C CONTROL V e enviam para a Câmara onde é aprovada com algumas emendas e puxadinhos daqui e de lá, e quem pagará a conta com sofrimento na base da pirâmide é a população, disse que perfeição não irão achar em lugar nenhum no mundo, mas avacalhado é demais, teria que ser melhor planejado, disse que os vereadores irão perceber no decorrer do ano quantos Projetos de Lei para remendar a LOA ou a LDO entrarão na Câmara, lembrou que a LDO já foi sancionada e já veio com alteração de anexo por ter sido feito às pressas e botaram o anexo errado. Disse que na Lei Orçamentária Anual que será aprovada no presente momento



terá alguma mudança em anexo, pois são várias folhas com números tudo pequeno, tudo tem que ter cautela, tem servidor na Prefeitura que só mexe com a parte Orçamentária, e precisa ter mais um pouco de zelo, porque qualquer falha grotesca é o povão que vai sofrer e os vereadores que irão ouvir, mas de modo geral passaremos a viver o ano de 2021 daqui para frente soltando o ciclo orçamentário, pois só estamos discutindo o ano de 2020, finalizou solicitando aos vereadores que tem mais contato com o Executivo pedirem para terem mais um pouco de zelo com o ciclo orçamentário, pois afeta centena de milhares de cidadãos do Município de Itapemirim. **Vereador Júlio César Magalhães** concordou com as palavras do **vereador João Bechara** e entendem que atualmente estão pagando o pato de alguma coisa de trás, sabe-se que a LDO e LOA não vem em dezembro, e de acordo com o **vereador João Bechara** vai chegar na Câmara do ano de 2021 no meses de abril, maio ou setembro, espera que no primeiro ano como vereadores tenham condições e tempo para analisarem a LOA, disse que algumas observações feitas pelo **vereador João Bechara** é plausível e ser seguido pela Casa, sentarem com o Executivo e falar que irão aprovar a LOA de acordo com o planejamento principalmente dos secretários do Executivo para que o orçamento esteja na mão do secretário por ser cargo de confiança e irá saber fazer com o orçamento, salvo os percalços da vida, os acontecimentos que podem surpreender, mas caso contrário será o mesmo orçamento, disse ter ouvido rumores que os orçamentos para as Regionais eram mesmo pequenos e da possível volta da secretaria do Interior, pois não acredita que o Executivo irá deixar as Ruas desamparadas e percebeu que o orçamento da agricultura do atual ano está maior que do ano anterior. **Vereador Paulo Sérgio:** Concorda que os vereadores que tomaram posse na atual Legislatura pegaram o Projeto iniciado dos meses de maio e setembro e não tiveram muita interação juntos em relação a discussão de alguns artigos do Projeto, mas se Deus quiser esse ano o Projeto chegando nos meses de maio e setembro terão tempo para sentarem e antes de trazerem uma proposta para o plenário ainda em gabinete chegarão a uma conclusão final de algumas emendas proposta, nota que o orçamento é considerável a ponto de atender o Município pelas suas demandas e alguns vereadores falaram da importância de planejarem quando chegar para o orçamento não precisar de tanta suplementação, mas sabe-se da dificuldade do planejamento em cima \$460.000.000 (quatrocentos e sessenta milhões), disse fazer um planejamento em cima de \$7.000,00 (sete mil reais) por mês e já dá dor de cabeça, mas tem que se organizar, disse não ter contador e procurador em sua casa, mas o Executivo Municipal é dotado desses profissionais e com certeza terão anos futuros em relação ao orçamento Municipal e a alguns problemas que vem acontecendo inesperados tipo enchente, pandemias e algumas outras coisas, graças a Deus que o orçamento tem 1% (um por cento) de verba de contingência ou seja em uma eventual necessidade o gestor, o prefeito municipal está autorizado a gastar 1% (um por cento) do orçamento para não deixar que algo pior aconteça, lembrou que no dia 25 de janeiro de 2020 sofreram enchentes terríveis no Município de Itapemirim, sendo assim o orçamento dá a possibilidade do gestor usar isso, **vereador Paulo Sérgio** acredita que a verba de contingência deveria ser maior, mas 1% (um por cento) está atendendo bem o Município e espera que não precisem usar a verba de contingência, mas caso precise tem orçada no orçamento para atender a demanda e mediante a toda discussão relacionada ao orçamento nota que a Câmara cresce com isso e irão com certeza passar por outros orçamentos, mas se Deus quiser mais preparados para estarem votando e apreciando o orçamento municipal para que o Município seja bem administrado e os recursos bem aplicados em cada secretaria. **Vereador Antônio Carlos** disse quede acordo com a fala dos vereadores João Bechara e Júlio César Magalhães observaram que realmente é pequeno o orçamento do interior, indagou caso venha faltar recursos nas secretarias se o Executivo poderia atender com emendas. **Vereador João Bechara** explicou que se olhar no site da Câmara o prefeito já teria encaminhado um projeto de lei para acabar com as 03 (três) Secretarias Regionais do interior, disse que irá entrar em pauta, ou ele irá criar uma secretaria do interior como disse o **vereador Júlio César Magalhães** ou não terá nenhuma secretaria para atender o interior ou ficará tudo concentrado na secretaria de agricultura. **Vereador**



Antônio Carlos agradeceu a explicação do **vereador João Bechara** pela dúvida que tinha e entende não ser muito fácil, comentou que quando se mora na cidade está mais perto do recurso e o povo do interior é preciso levar para eles ou virem buscar, e de acordo com a fala do **vereador Júlio César Magalhães** estão pagando por um pato que não compararam, mas como disse o **vereador João Bechara** precisam esquecer águas passadas e irem para o ano de 2021 e certos que na frente o povo irá cobrar por ser um direito deles e os vereadores irão ouvi-los e juntamente com o **Presidente José Lima** irão trabalhar em parceria para atender a população independente de qual parte seja do município. **O Projeto de Lei Nº 32/2020** com as emendas foi aprovado à unanimidade. **O Presidente José de Oliveira Lima** agradeceu todos os presentes e não havendo mais a tratar declarou em nome de Deus encerrada a presente sessão.



José de Oliveira Lima
Presidente

Paulo Sérgio de Toledo Costa
Vice-Presidente

DEMAIS EDIS:

- Remissão

ANTONIO CARLOS HELVÉCIO
Paulo de Costa Fidele
Demilolo Henriquez

Alcides de Almeida Gomes



